

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS:

Sabemos onde e de que forma é que tiveram início os orçamentos participativos.

Primeiro na América do Sul, mais concretamente no Brasil e depois disseminaram-se um pouco por todo o mundo, ainda que, numa pequena escala.

Em Portugal só um pequeno número de municípios e/ou freguesias adotam ou adotaram esta forma de consulta à população. Alguns municípios iniciaram esta experiência em Portugal há uns anos, mas abandonaram-na. É útil saber as razões para tal.

Noutros casos é feita a consulta mas a execução é dilatada no tempo, o que nos leva a uma pergunta – Deverão ser os orçamentos participativos uma forma de consulta à população com execução anual, plurianual ou para um mandato?

Tivemos hoje, aqui, dois dos melhores exemplos de execução de orçamentos participativos – Lisboa e Cascais, que nos deram informações muito úteis sobre o modo com que se pode abordar esta temática, até porque existem várias formas de o fazer.

Coloca-se a seguinte questão:

Portugal é um país bem organizado em termos autárquicos.

Temos eleições autárquicas de quatro em quatro anos para eleger membros para três órgãos, Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Assembleias de freguesias.

Num país geograficamente pequeno temos neste momento 308 municípios e quase 3.000 freguesias ou uniões de freguesia, menos 1.000 do que no anterior mandato mas que, na prática, continuam a funcionar como no mandato anterior já que, os serviços continuam a funcionar nos locais de origem e isso faz com que não se note a agregação efetuada.

Há pois uma questão sobre a qual temos de refletir.

As freguesias são o primeiro elo de ligação com a população e todos os seus membros conhecem as necessidades e expectativas da população.

Os milhares de freguesias existentes e dezenas de milhares de autarcas em funções nos vários órgãos não têm a noção de quais são as reais necessidades da população e não agem em conformidade? Não transmitem essa informação às câmaras municipais?

A população que elege estes autarcas não espera que eles os ouçam quando determinado problema é colocado e que sejam eles a resolver esse mesmo problema ou colocando-o a um nível superior? Estas são questões que devem estar em cima da mesa.

Por outro lado poderia ter mais utilidade a eventual consulta à população quando determinado investimento avultado tivesse de ser efetuado ou havendo mais do que um qual era a opção dos munícipes.

Existem pois, várias possibilidades no sentido do desenvolvimento deste tema.

O que se verifica atualmente, para lá dos poucos exemplos de sucesso, que conhecemos é que, na prática, muitas autarquias quando inscrevem verbas destinadas aos orçamentos participativos, são verbas muito reduzidas face ao total do orçamento e muitas vezes quando o fazem os orçamentos já estão em vias de aprovação ou aprovados ou que torna os orçamentos meramente consultivos, ou, estando já as verbas aprovadas dá-se a escolher aos munícipes projetos que estão em vias de viabilização.

Pelos factos atrás aduzidos consideramos importante a consulta à população desde que as verbas inscritas sejam razoáveis e seja dada realmente a possibilidade de escolha.

Mais uma vez não nos podemos esquecer o contexto em que foram criados os orçamentos participativos e em que países, e alguns tiveram êxito quando foram implementados porque esses mesmos países não possuíam estruturas autárquicas fortes e consolidadas.

O que não é o nosso caso.

Luís Salmonete